

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2009
Senhores acionistas,

A Administração da Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, dos Valores Adicionados e do Balanço Social, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

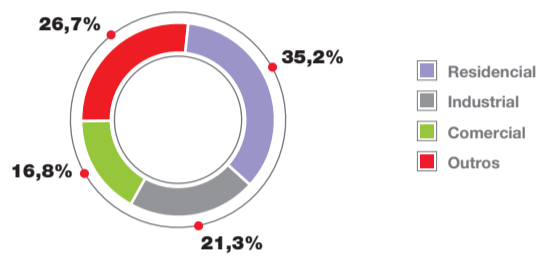
A companhia

A Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. ("EDEV") é uma distribuidora de energia elétrica e uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela REDE ENERGIA S.A. ("REDE ENERGIA"), que detém 100% das ações ordinárias e totais da Companhia. A EDEV atende a 27 municípios no interior do Estado de São Paulo distribuídos em uma área de 11.780 km².

Desempenho operacional
Mercado consumidor

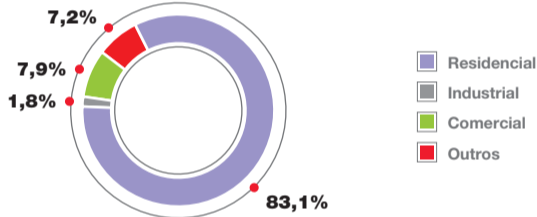
MWh	2009	2008	Var. %
Residencial.....	253.819	240.205	5,7%
Industrial.....	153.524	174.155	-11,8%
Comercial.....	121.222	115.284	5,2%
Outros.....	192.276	188.755	1,9%
Total.....	720.841	718.399	0,3%

As vendas da EDEV aumentaram 0,3%, passando de 718 GWh em 2008 para 721 GWh em 2009. Percentualmente, a classe que apresentou o melhor desempenho do exercício foi a residencial com um aumento de 5,7%, decorrente de temperaturas mais elevadas, maior número de dias de faturamento e aumento do consumo médio residencial. A classe industrial apresentou queda de 11,8% decorrente da retração do setor de indústria da transformação, impactado pelas atividades de produtos alimentícios, bebidas e material têxtil. A classe comercial apresentou crescimento de 5,2% impulsionada pelos setores de comércio varejista e atacadista.

PARTICIPAÇÃO POR CLASSE DE CONSUMO (GWh) - 2009


Consumidores	2009	2008	Var. %
Residencial.....	129.990	127.710	1,8%
Industrial.....	2.885	2.676	7,8%
Comercial.....	12.384	12.225	1,3%
Outros.....	11.211	10.968	2,2%
Total.....	156.470	153.579	1,9%

O número de consumidores da EDEV aumentou 1,9%, passando de 153.579 em 2008 para 156.470 em 2009. Percentualmente, a classe que apresentou o melhor desempenho no exercício foi a industrial com um aumento de 7,8%. As classes residencial e comercial, registraram crescimentos de 1,8% e 1,3%, respectivamente.

PARTICIPAÇÃO POR CLASSE DE CONSUMO (GWh)
Número de consumidores - 2009

Perdas

O índice de perdas calculado a partir do mercado faturado de 2009 foi de 8,0%. Esse índice manteve-se estável em relação ao percentual de 7,9% registrado em 2008.

DEC/FEC

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores, tais como: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes).

	EDEV	Padrão ANEEL
DEC.....	7,1	13,1
FEC.....	7,8	15,3

O índice DEC da EDEV em 2008 foi de 7,1 horas e o FEC de 7,8 vezes. Esses índices estão melhores que a média ponderada, calculada a partir dos padrões divulgados pela ANEEL, para cada conjunto de unidades consumidores, conforme tabela acima.

Desempenho econômico-financeiro

Valores em R\$ mil	2006	2007	2008	2009
Vendas em GWh.....	646	663	718	721
Receita Operacional Bruta.....	211.163	204.866	223.197	263.255
Receita Operacional Líquida.....	140.874	133.470	150.097	186.607
EBITDA ⁽¹⁾	32.038	43.371	28.974	38.906
Margem Ebitda (%) ⁽²⁾	22,7%	32,5%	19,3%	20,8%
Lucro (Prejuízo) Líquido.....	2.887	7.709	2.108	17.225
Dívida Financeira Líquida ⁽³⁾	66.080	66.392	71.738	58.690
Dívida Financeira Líquida/EBITDA.....	2,1	1,5	2,5	1,5
Patrimônio Líquido.....	114.578	116.247	116.330	117.191
Índice de Endividamento ⁽⁴⁾	36,6%	36,4%	38,1%	33,4%

⁽¹⁾ Ebitda: Resultado antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização.

⁽²⁾ Margem Ebitda: Ebitda/Receita Operacional Líquida.

⁽³⁾ Dívida Financeira Líquida: Empréstimos, Financiamentos, Debêntures (-) Disponibilidades.

⁽⁴⁾ Índice de endividamento: Dívida Líquida (3)/(Dívida Líquida (3) + Patrimônio Líquido).

A receita operacional bruta da EDEV apresentou um acréscimo de 17,9%, passando de R\$223,2 milhões em 2008 para R\$263,3 milhões em 2009, devido ao aumento da tarifa média de fornecimento em 19,4%.

O EBITDA da companhia, calculado a partir do resultado do serviço das demonstrações do resultado, acrescido da depreciação e amortização das demonstrações dos fluxos de caixa, passou de R\$29,0 milhões em 2008 para R\$38,9 milhões em 2009, representando um crescimento de 34,3%, principalmente devido ao aumento de 24,3% na receita operacional líquida e redução do custo de operação, do serviços prestado a terceiros e despesas operacionais que, juntos, registraram uma redução de 1,2%. O custo do serviço de energia elétrica passou de R\$86,4 milhões em 2008 para R\$113,1 milhões em 2009, representando um crescimento de 30,9%. Vale lembrar que esses custos não são gerenciáveis pela Companhia e portanto são repassados para a tarifa de fornecimento.

O resultado líquido do exercício passou de um lucro de R\$2,1 milhões em 2008 para um lucro de R\$17,2 milhões em 2009, influenciado principalmente pelo bom desempenho operacional da companhia.

Indicadores

A produtividade da empresa pode ser avaliada pelos indicadores abaixo:

Indicadores	2009	2008	Var. %
Consumidor por empregado.....	553	643	-14,0%
Consumo (MWh) por empregado.....	2.547	3.006	-15,3%
Consumo (MWh) por consumidor/ano.....	4,6	4,7	-1,5%
Receita Bruta (R\$ mil) por empregado.....	930	934	-0,4%
Receita Bruta (R\$ mil) por consumidor.....	1,7	1,5	15,8%

Investimentos

R\$ mil	2009	2008	Var. %
Universalização.....	1.271	1.328	-4,3%
FNDCT/EPE/PEE/P&D.....	1.820	1.475	23,4%
Manutenção e melhorias do sistema.....	6.751	4.058	66,4%
Total.....	9.842	6.861	43,4%

PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO: em 2009, a companhia investiu R\$ 1,3 milhão em UNIVERSALIZAÇÃO, cuja principal característica é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais da área de concessão da companhia.

PESQUISA & DESENVOLVIMENTO: a companhia investiu ainda R\$ 1,8 milhão em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são composto pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

MANUTENÇÃO e MELHORIAS NO SISTEMA são investimentos vegetativos, feitos com caixa próprios, destinados a manutenção, ampliação e melhorias no sistema elétrico. Esses investimentos totalizaram R\$ 6,8 milhões em 2009.

Ambiente regulatório

Através da Resolução Homologatória nº 803, de 7 de abril de 2009, a ANEEL homologou o resultado definitivo da segunda revisão tarifária periódica da EDEV. As tarifas de energia elétrica da Companhia foram reposicionadas em -4,77% (negativos).

Em 05 de maio de 2009, através da Resolução Homologatória nº 816, as tarifas foram reajustadas, em média, 11,13%, sendo 6,70% relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 4,43% referentes aos componentes financeiros.

Responsabilidade socioambiental

Baseada na Política de Sustentabilidade da REDE ENERGIA, a EDEV viabilizou investimentos socioambientais em projetos que visam o desenvolvimento regional, a geração de renda, o esporte e a educação.

• Fundação Aquarela: destaca-se o projeto Rede Atletismo Novos Talentos que apoia 50 adolescentes, por meio de treinamento físico e educacional. Dentre esses adolescentes, dois residem em regiões atendidas pela EDEV;

• Apoio ao Instituto Ethos e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ONU); e

• Distribuição de livros infanto-juvenis, inclusive em versões braille.

Benefícios aos colaboradores

Os benefícios oferecidos pela companhia visam a qualidade de vida, bem estar e a valorização de seus colaboradores. A companhia oferece assistência médica e odontológica com ampla rede credenciada; vales alimentação e refeição; transporte; auxílio-creche; previdência privada; seguro de vida; reconhecimento por tempo de serviço; bolsa de estudo; e programa de participação nos resultados, importante ferramenta de gestão estratégica. A EDEV respeita os direitos fundamentais de seus profissionais, propiciando excelente condição de trabalho, dentro de um ambiente saudável, tornando-os altamente capacitados para um mercado cada vez mais competitivo.

Audidores independentes

Os serviços executados pelos auditores externos, ao longo do exercício social, referem-se somente à auditoria das Demonstrações Financeiras.

Agradecimentos

Nossos agradecimentos aos Senhores Acionistas, Clientes, Governos Federal, Estadual e Municipais, Fornecedores, Prestadores de Serviços, Credores e em especial aos colaboradores, por mais um ano de realizações.

A Administração
DEMONSTRAÇÕES DOS BALANÇOS SOCIAIS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2009			2008		
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
1. Base de cálculo						
Receita Líquida (RL).....	186.607		150.097			
Resultado Operacional (RO).....	15.211		4.676			
Folha de Pagamento Bruta (FPB).....	15.718		15.337			
		% sobre	% sobre			
	R\$	FPB	RL	R\$	FPB	RL
2. Indicadores sociais internos						
Alimentação.....	1.316	8,4	0,7	1.079	7,0	0,7
Encargos sociais compulsórios.....	3.274	20,8	1,8	2.979	19,4	2,0
Previdência privada.....	214	1,4	0,1	128	0,8	0,1
Saúde.....	593	3,8	0,3	597	3,9	0,4
Segurança e medicina no trabalho.....	96	0,6	0,1	81	0,5	0,1
Educação.....	15	0,1	-	29	0,2	-
Capacitação e desenvolvimento profissional.....	10	0,1	-	21	0,1	-
Auxílio-creche.....	-	-	-	-	-	-
Participação dos empregados nos lucros ou resultados.....	283	1,8	0,2	363	2,4	0,2
Participação dos administradores no resultado.....	1.130	7,2	0,6	234	1,5	0,2
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária.....	-	0,0	-	166	1,1	0,1
Vale-transporte - excedente.....	29	0,2	-	184	1,2	0,1
Outros benefícios.....	64	0,4	-	24	0,2	-
	7.024	44,8	3,8	5.885	38,3	3,9
		% sobre	% sobre			
	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
3. Indicadores sociais externos						
Educação - Fundação Aquarela.....	-	0,0	-	-	-	-
Cultura.....	34	0,2	-	5	0,1	-
Esporte e lazer.....	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar.....	-	-	0,0	-	-	-
Doações/contribuições.....	150	1,0	0,1	74	1,6	-
Subtotal.....	184	1,2	0,1	79	1,7	-
Programas sociais:						
Programa Nac. de Conserv. de Energia Elétrica - PROCEL.....	1.537	10,1	0,8	1.143	24,4	0,8
Programa Universalização.....	1.271	8,4	0,7	1.328	28,4	0,9
Subtotal.....	2.808	18,5	1,5	2.471	52,8	1,7
Total de contribuições para a sociedade.....	2.992	19,7	1,6	2.550	54,5	1,7
Tributos (excluídos encargos sociais).....	67.194	441,7	36,0	62.077	1.327,6	41,4
Total Indicadores Sociais Externos.....	70.186	461,4	37,6	64.627	1.382,1	43,1
		% sobre	% sobre			
	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
4. Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa						
Fundo Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico - FNDCT.....	366	2,4	0,2	295	6,3	0,2
Estudo de Pesquisa Energética - EPE (MME).....	183	1,2	0,1	147	3,1	0,1
Programa de Eficiência Energética - PEE.....	908	6,0	0,5	738	15,8	0,5
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	363	2,4	0,2	295	6,3	0,2
Total de investimentos relacionados com a prod/operação da empresa.....	1.820	12,0	1,0	1.475	31,5	1,0
		% sobre	% sobre			
	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
5. Indicadores do corpo funcional (*)						
Nº de empregados no final do período.....	283		239			
Escolaridade dos empregados:						
Superior e extensão universitária.....	72		96			
2º grau.....	165		111			
1º grau.....	46		32			
Faixa etária dos empregados:						
Abaixo de 30 anos.....	82		39			
De 30 até 45 anos (exclusive).....	122		128			
Acima de 45 anos.....	79		72			
Nº de admissões durante o período.....	63		28			
Nº de empregados desligados no período.....	19		29			
% de mulheres que trabalham na empresa.....	43		40			
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres.....	6,98%		7,50%			
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes.....	17,60%		16,70%			
Nº de negros que trabalham na empresa.....	28		18			
% de cargos gerenciais ocupado por negros em relação ao nº total de negros.....	-		5,56%			
% de cargos gerenciais ocupado por negros em relação ao nº total de gerentes.....	-		6,00%			
Nº de empregados portadores de deficiência física.....	8		8			
Nº de dependentes.....	451		418			
Nº de estagiários.....	9		8			
Nº de empregados terceirizados/temporários.....	77		124			
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial (*)						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa.....	10,61		ND			
Número total de acidentes de trabalho.....	16		15			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção gerências	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são considerados	() não são considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apoia na empresa	() organiza e incentiva na Justiça	() não se envolverá na empresa	(X) apoiará na Justiça	() organizará e incentivará na Justiça

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	2009	2008	PASSIVO	Nota	2009	2008
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Numerário disponível.....		3.466	2.736	Fornecedores.....	17	9.925	12.536
Aplicações no mercado aberto.....	5	13.359	6.312	Folha de pagamento.....		218	108
Consumidores.....	6	36.406	26.293	Impostos, contribuições sociais e parcelamentos.....	18	25.399	13.677
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	7	(1.138)	(953)	Impostos e contribuições sociais diferidos.....	9	4.090	1.917
Impostos e contribuições sociais a compensar.....	8	2.086	2.657	Dividendos.....	26	9.364	1.789
Impostos e contribuições sociais diferidos.....	9	16	121	Juros sobre capital próprio.....	26	5.100	-
Títulos a receber.....	12	238	353	Empréstimos, financiamentos e encargos.....	19	22.155	15.967
Estoques.....		1.458	591	Taxas regulamentares.....	20	1.009	1.281
Serviços em curso.....		562	34	Obrigações do programa eficiência energética.....	21	3.098	2.643
Redução de receita - baixa renda.....	10	2.762	653	Obrigações estimadas.....	22	1.326	1.272
Ativos regulatórios.....	11	5.045	2.173	Passivos regulatórios.....	11	2.043	2.719
Outros.....	13	3.577	2.347	Outros.....	24	4.191	1.659
Total do ativo circulante.....		67.837	43.317	Total do passivo circulante.....		87.918	55.568
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Impostos, contribuições sociais e parcelamentos.....	18	11.888	25.098
Consumidores.....	6	6.790	7.401	Empréstimos, financiamentos e encargos.....	19	53.360	64.819
Partes relacionadas.....	14	35.543	33.186	Obrigações do programa eficiência energética.....	21	2.649	2.300
Depósitos judiciais.....	23	5.190	4.485	Partes relacionadas.....	14	6.323	238
Impostos e contribuições sociais a compensar.....	8	596	167	Provisão para passivos contingentes.....	23	825	598
Impostos e contribuições sociais diferidos.....	9	1.162	1.317	Passivos regulatórios.....	11	29.092	33.145
Ativos regulatórios.....	11	33.468	40.717	Outros.....	24	2.481	2.482
Títulos a receber.....	12	2.871	3.796	Total do passivo não circulante.....		106.618	128.683
Outros.....	13	111	111	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do realizável a longo prazo.....		85.731	91.180	Capital social.....	25	115.905	115.905
Imobilizado - líquido.....	15	155.601	164.159	Reservas de lucro.....	25	1.286	425
Intangível - líquido.....	16	2.558	1.925	Total do patrimônio líquido.....		117.191	116.330
Total do ativo não circulante.....		243.890	257.264	PASSIVO TOTAL.....		311.727	300.581
ATIVO TOTAL.....		311.727	300.581				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2009	2008		Nota	2009	2008
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				RESULTADO FINANCEIRO			
Fornecimento de energia elétrica.....	27	258.405	215.763	Receitas financeiras			
Suprimento de energia elétrica.....	27	2.616	5.276	Renda de aplicações financeiras.....		213	2.776
Outras receitas.....	27	2.234	2.158	Juros ativos.....		5.933	3.656
Total.....		263.255	223.197	Acréscimos moratórios - energia vendida.....		1.896	2.056
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA				Varição monetária líquida.....		410	305
ICMS.....		(39.768)	(36.776)	Ajuste a valor presente - Lei 11.638/2007.....		87	127
PIS - Corrente.....		(4.209)	(3.777)	Redução de encargos financeiros - parcelamento Lei 11.941/2009.....		7.426	-
PIS - Diferido.....		-	(183)	Outras.....	30	593	1.129
COFINS - Corrente.....		(19.385)	(17.397)	Total.....		16.558	10.049
COFINS - Diferido.....		-	(718)	Despesas financeiras			
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....		(736)	(648)	Encargos de dívidas.....		(9.727)	(12.731)
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC.....		(4.039)	(6.791)	Varição monetária líquida.....		(867)	(578)
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.....		(6.691)	(5.335)	Acréscimos moratórios - energia comprada.....		-	(2)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....		(363)	(295)	Juros e multas.....		(5.426)	(3.648)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.....		(366)	(295)	Juros sobre o capital próprio.....		(6.000)	-
Estudo de Pesquisa Energética - EPE.....		(183)	(147)	Ajuste a valor presente - Lei 11.638/2007.....		(96)	(81)
Programa de Eficiência Energética - PEE.....		(908)	(738)	Encargos financeiros - parcelamento Lei nº 11.941/2009.....		(303)	-
Total.....		(76.648)	(73.100)	Outras.....	30	(1.223)	(1.406)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....		186.607	150.097	RESULTADO FINANCEIRO.....		(7.084)	(8.397)
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				OUTROS RESULTADOS			
Energia elétrica comprada para revenda.....	28	(78.918)	(70.989)	Receitas.....	31	430	923
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição.....		(34.222)	(15.442)	Despesas.....	31	(1.341)	(634)
Total.....		(113.140)	(86.431)	Total.....		(911)	289
CUSTO DE OPERAÇÃO.....				15.211		4.676	
Pessoal.....		(6.708)	(6.486)	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Material.....		(1.182)	(1.290)	Corrente.....		(500)	(542)
Serviços de terceiros.....		(4.955)	(4.204)	Diferido.....		(2.356)	(1.791)
Depreciação e amortização.....		(14.916)	(15.347)	Total.....		(2.856)	(2.333)
Arrendamento e aluguéis.....		(307)	(56)	LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES E DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.....		12.355	2.343
Outras despesas.....		133	359	Participações dos administradores.....		(1.130)	(235)
Total.....		(27.935)	(27.024)	LUCRO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.....		11.225	2.108
Custo do serviço prestado a terceiros.....		(52)	(24)	Reversão dos juros sobre o capital próprio.....		6.000	-
LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....		45.480	36.618	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....		17.225	2.108
DESPESAS OPERACIONAIS				Lucro líquido por ação - R\$.....		0,15	0,02
Despesas com vendas.....	29	(3.211)	(5.028)				
Despesas gerais e administrativas.....	29	(18.297)	(17.970)				
Outras despesas operacionais.....	29	(766)	(836)				
Total.....		(22.274)	(23.834)				
RESULTADO DO SERVIÇO.....		23.206	12.784				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital social	Reservas de lucro	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Recursos destinados a aumento de capital	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007.....		115.905	319	-	116.224	23	116.247
Ajuste de adoção inicial da Lei 11.638/2007.....		-	-	(213)	(213)	-	(213)
Baixa de adiantamento para futuro aumento de capital.....		-	-	-	-	(23)	(23)
Lucro Líquido do Exercício.....		-	-	2.108	2.108	-	2.108
Destinação dos lucros acumulados proposta à AGO:							
Reserva legal.....		-	106	(106)	-	-	-
Dividendos propostos.....		-	-	(1.789)	(1.789)	-	(1.789)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008.....		115.905	425	-	116.330	-	116.330
Lucro Líquido do Exercício.....		-	-	17.225	17.225	-	17.225
Destinação dos lucros acumulados proposta à AGO:							
Reserva legal.....		-	861	(861)	-	-	-
Dividendos intercalares conforme AGE de 5/5/2009.....		-	-	(1.000)	(1.000)	-	(1.000)
Juros sobre o capital próprio.....		-	-	(6.000)	(6.000)	-	(6.000)
Dividendos propostos.....		-	-	(9.364)	(9.364)	-	(9.364)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009.....		115.905	1.286	-	117.191	-	117.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	2009	2008
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro do exercício.....		17.225	2.108
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....		185	140
Depreciação e amortização.....		15.700	16.190
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais - líquidas.....		8.240	13.113
Ativo (líquido) regulatório.....	11	(2.690)	(5.792)
Créditos tributários diferidos.....		2.432	1.826
Ajustes à Lei 11.638/2007.....		9	(46)
Redução de encargos - Lei 11.941/2009.....		(7.123)	-
Outras.....		787	130
Subtotal.....		34.765	27.669
(Aumento) redução nas contas do ativo circulante e realizável a longo prazo			
Consumidores, concessionárias e permissionárias.....		(3.816)	5.591
Depósitos judiciais.....		(511)	(1.041)
Serviços em curso.....		(528)	1.281
Despesas pagas antecipadamente e ativos regulatórios.....		18.010	6.226
Créditos compensáveis em recolhimentos futuros.....		230	(967)
Outros créditos.....		(1.050)	2.113
Títulos e valores mobiliários, desativação em curso e devedores diversos.....		(2.408)	661
Subtotal.....		9.927	13.864
Aumento (redução) nas contas do passivo circulante e não circulante			
Fornecedores.....		(2.941)	866
Pagamentos de encargos sobre empréstimos, financiamentos.....	19	(9.058)	(12.347)
Impostos, contribuições sociais e parcelamentos.....		4.366	(2.445)
Taxas regulamentares.....		(270)	(256)
Passivos regulatórios.....	11	(14.124)	(7.059)
Entidade previdência privada e outras obrigações.....		303	(181)
Subtotal.....		(21.724)	(21.422)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais.....		22.968	20.111
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
No Imobilizado.....		(9.842)	(6.861)
Acréscimo de obrigações especiais.....		1.848	1
Outras.....		102	338
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos.....		(7.892)	(6.522)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos com partes relacionadas - líquido.....		1.433	(14.259)
Novos empréstimos e financiamentos.....	19	12.798	55
Pagamentos de empréstimos - principal.....	19	(18.741)	(16.053)
Pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos.....		(2.789)	(5.463)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento.....		(7.299)	(35.720)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa.....		7.777	(22.131)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	32	9.048	31.179
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício.....	32	16.825	9.048
INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES:			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica pago.....		960	629
Contribuição Social Pessoa Jurídica paga.....		412	322
Imposto de Renda Retido na Fonte pago.....		747	-
Contribuição Social retida na Fonte paga.....		16	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS - DVA

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2009	2008
1. RECEITAS		
Vendas de energia elétrica e serviços.....	262.932	222.799
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa.....	(185)	(140)
Resultado na alienação/desativação de bens e direitos.....	(10)	28
Outros resultados.....	(578)	659
Total.....	262.159	223.346
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (Inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Energia elétrica comprada para revenda.....	(113.140)	(86.431)
Serviços de terceiros.....	(16.394)	(14.609)
Materiais.....	(1.780)	(2.081)
Outros.....	829	(1.113)
Total.....	(130.485)	(104.234)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2).....	131.674	119.112
4. DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
Depreciação e amortização.....	(15.473)	(15.975)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4).....	116.201	103.137
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras.....	16.558	10.049
Total.....	16.558	10.049
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6).....	132.759	113.186
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....		
8.1 - Pessoal.....	14.534	13.469
Remunerações.....	11.415	10.194

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema S.A. (Companhia ou EDEVP) é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Rede Energia S.A., cuja atividade operacional concentra-se na distribuição de energia elétrica, nas áreas de sua concessão legal, que compreende a região da Alta Sorocabana no Estado de São Paulo (SP), com uma área de 11.780 (*) Km², abrangendo 27 (*) municípios e com um número aproximado de 156.470 (*) consumidores atendidos, sendo tal atividade regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia iniciou suas operações a partir de 1/11/2005, com a efetivação do processo de desverticalização, em atendimento à legislação pertinente.

(*) Informações não auditadas.

2. DAS CONCESSÕES

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 14/1999, assinado em 8/3/1999, o prazo de duração da concessão de distribuição é de 20 anos, com vencimento em 7/7/2015, renovável por igual período.

O contrato de concessão assinado com a União Federal contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens ao final da concessão. Para tanto, os referidos bens são depreciados de acordo com as taxas determinadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Para a prestação dos serviços, objeto das concessões acima mencionadas, a Companhia possui um quadro próprio de 283 (*) funcionários, 77 (*) prestadores de serviços e 9 (*) estagiários em 31/12/2009. (*) Informações não auditadas.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras e as notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho nº 4.722, da SFEF/ANEEL, de 18/12/2009.

Na elaboração das demonstrações financeiras de 31/12/2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638 de 28/12/2007 e pela Medida Provisória nº 449 de 3/12/2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27/5/2009.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOADAS

Ajustes a valor presente: os ativos e passivos de longo prazo, bem como de curto prazo caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com as rubricas "Consumidores", e "Impostos e Contribuições a Compensar". Para o desconto a valor presente utilizou-se a taxa do custo médio ponderado de capital (WACC) do setor elétrico, definida pela ANEEL, para remunerar o capital das distribuidoras de energia elétrica.

Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários: são registrados ao valor de custo, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras. A Companhia procedeu ao cálculo do valor justo em 2008 e 2009 das aplicações financeiras com base nas taxas de mercado nas respectivas datas, apurando o valor de mercado aproximado ao valor contabilizado.

Consumidores: incluem o fornecimento de energia elétrica, faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica, conforme montantes disponibilizados pela CCEE e saldos relacionados a ativos regulatórios de diversas naturezas, registrados de acordo com o regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: constituída por montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Estoque (inclusive do ativo imobilizado): os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles destinados a investimento classificados no ativo não circulante - imobilizado (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição.

Ativos e passivos regulatórios: referem-se a valores realizáveis ou exigíveis, em decorrência do contrato de concessão, que tem por objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. No circulante encontram-se registrados os valores já homologados e considerados na tarifa de energia elétrica pela ANEEL em revisões ou reajustes tarifários, que serão amortizados conforme legislação em vigor, corrigidos pela SELIC/BACEN ou IGP-M. No não circulante encontram-se registrados os valores apurados a serem submetidos para posterior homologação da ANEEL na data da próxima revisão ou reajuste tarifário. Os valores contabilizados são registrados tendo sua contrapartida no resultado da Companhia.

Imobilizado: incluem os itens que se referem a bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os benefícios, os riscos e o controle dos bens. Está registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31/12/1995 e reavaliado em agosto de 2001, com revisão em maio de 2005, exceto para os grupos de automóveis, caminhões e móveis e utensílios. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear, às taxas médias anuais de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 240 de 5/12/2006. Os ativos imobilizados têm o seu valor testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor conforme requerido pela Deliberação CVM nº 527/2007. Nos anos de 2008 e de 2009 o ativo imobilizado foi submetido a teste de recuperabilidade.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica: representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, e estão sendo apresentadas como dedução do Ativo Imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras.

Redução do valor recuperável dos ativos: os ativos imobilizados da Companhia são avaliados anualmente com o objetivo de identificar possíveis evidências, eventos ou alterações que indiquem a possibilidade de valor não recuperável. Em havendo perdas, as mesmas são reconhecidas pela diferença entre o valor contábil e o recuperável.

Intangível: inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade, como softwares e serviços de passagem. Estes ativos intangíveis serão amortizados somente caso sua vida útil possa ser razoavelmente estimada, caso contrário serão considerados como de vida útil indefinida, sendo assim sujeitos ao teste de recuperabilidade econômica no mínimo anualmente.

Arrendamento mercantil: os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo da Companhia e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

Reserva de reavaliação: é realizada em proporção à depreciação e alienação dos ativos imobilizados reavaliados, sendo transferida para a conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. A Companhia optou por manter os saldos existentes das reservas de reavaliação até a sua efetiva realização, conforme permitido no art. 6º da Lei nº 11.638/2007.

Custos indiretos de obras em andamento: parte dos gastos da administração central é apropriada às imobilizações em curso. Essa apropriação é feita mensalmente com base em critérios adequados fundamentados.

Empréstimos e financiamentos: estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos/financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo imobilizado em curso.

Provisão para passivos contingentes: as provisões para contingências são constituídas mediante avaliações dos riscos em processos cuja probabilidade de perda é provável e são quantificadas com base em fundamentos econômicos, na avaliação da Administração e dos assessores legais em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e outros fatos contingenciais conhecidos nas datas dos balanços.

Imposto de renda e contribuição social: a provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos, de acordo com as respectivas alíquotas vigentes na data do balanço. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício. De acordo com o Artigo 15 da Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009, de 27/5/2009, que institui o Regime Tributário de Transição - RTT de apuração do lucro real, a Companhia considerou a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, assim as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2009 foram elaboradas considerando os efeitos da opção pelo RTT.

Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica: as compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados, na data do balanço, por atuários independentes. A partir de 31/12/2001, esses valores são apurados e registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000.

Outros direitos e obrigações: demais ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das demonstrações financeiras.

Derivativos: a Companhia não possui contratos derivativos com fins comerciais ou especulativos.

Estimativas: a preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia se baseie em julgamento para determinação e registro de certas estimativas que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Resultado: as receitas de fornecimento de energia elétrica foram mensuradas com base no regime de competência, incluindo a quantificação estimada do fornecimento de energia elétrica da última medição até o encerramento das demonstrações financeiras, não estando limitado apenas à conclusão do processo de faturamento e à consequente emissão física da respectiva conta.

Informações sobre quantidade de ações e resultado por ação: conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, as informações sobre quantidade de ações e resultado por ações consideram a quantidade histórica de ações efetivamente em circulação na data do balanço. O lucro (prejuízo) por ação corresponde à razão entre o lucro (prejuízo) líquido da Companhia no exercício e a quantidade de ações em circulação no final deste exercício.

Subvenção e assistência governamental: a partir de 1/1/2008, as subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados à Reserva de Incentivos Fiscais. Atualmente a Companhia não possui subvenções e assistências governamentais.

Novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e deliberadas pela CVM que ainda não estão vigentes e não foram adotados antecipadamente: A Companhia procedeu a análise das deliberações emitidas pela CVM em 2009 para aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 para fins de comparação e, concluiu que as principais deliberações que poderão apresentar efeitos relevantes são:

Deliberação CVM nº 577/2009 - CPC 20 - Custos de Empréstimos (IAS 23): a capitalização de custos de empréstimos relacionados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis tornou-se obrigatória. Como pelas práticas atuais da Companhia, apenas os custos de empréstimos diretamente atribuíveis são capitalizados, o efeito devido a capitalização de custos de outros empréstimos empregados nesses ativos, proporcionará redução nas despesas financeiras, cujo impacto nos balanços ainda estão sendo avaliados.

Deliberação CVM nº 593/2009 - CPC 24 - Evento Subsequente (IAS 10): esta deliberação determina que os dividendos acima do mínimo estabelecido em lei e não aprovados pela Assembleia não devem ser provisionados, mas apenas destacados no patrimônio líquido. Caso esta deliberação fosse adotada no exercício de 2009, o passivo circulante estaria apresentado a menor e o patrimônio líquido a maior pela diferença acima do mínimo.

Deliberação CVM nº 611/2009 - ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12): a deliberação estabelece que não sejam reconhecidos ativos imobilizados referentes a concessões, e sim, o registro de um ativo intangível (o direito de cobrar os consumidores) e/ou um ativo financeiro (indenização ao final da concessão). No estágio atual, a Companhia está acompanhando as discussões sobre o assunto, que estão ocorrendo junto aos órgãos reguladores e entidades de classe, concluindo que não há possibilidade de avaliar com segurança razoável os efeitos nas demonstrações financeiras.

5. APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas %	2009	2008
Banco Bradesco	CDB	(*)	98,50 e 100,00 CDI	257	254
Banco Cacique	CDB	(*)	106,00 CDI	-	1.912
Banco Industrial do Brasil	Debêntures	(*)	106,00 CDI	-	4.112
Banco Itaú BBA	CDB	(*)	100,00 CDI	35	33
Banco Safra	CDB	(*)	10,00 CDI	13.067	-
Banco Safra	Poupança	(*)	6,00 a.a. + TR	-	1
Total				13.359	6.312

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes caixa por terem alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Seu valor contábil é próximo ao seu valor justo.

6. CONSUMIDORES

	2009	2008
Consumidores		
Faturados	23.180	19.561
Não faturados	6.485	5.775
Total	29.665	25.336

Classe de consumidores	Saldos vencidos			Total	
	Saldos vincendos	até 90 dias	mais de 90 dias	2009	2008
Circulante					
Residencial	7.687	3.416	501	3.917	11.604
Industrial	4.682	659	1.692	2.351	7.033
Comércio, serviços e outras atividades	4.184	939	1.004	1.943	6.127
Rural	1.422	304	258	562	1.984
Poder público:					
Federal	32	10	-	10	42
Estadual	288	7	-	7	295
Municipal	697	69	-	69	766
Iluminação pública	624	26	-	26	650
Serviço público	835	64	187	251	1.086
(-) Ajuste a valor presente - Lei 11.638/2007 (c)	(3)	-	-	(3)	(1)
Redução de tarifa - irrigação e aquicultura (b)	32	-	-	-	32
Redução de uso do sistema de distribuição	49	-	-	-	49
Subtotal - Consumidores	20.529	5.494	3.642	9.136	29.665
Participação financeira do consumidor	72	24	73	97	169
Comercialização na CCEE (a)	1.163	-	-	-	1.163
Programa emergencial de redução do consumo	-	-	1	1	1
Encargos de capacidade emergencial	-	-	80	80	81
Concessionárias e permissionárias	24	-	-	-	24
Encargos de uso da rede elétrica	4.158	-	-	-	4.158
Outros	663	208	275	483	1.146
Total	26.609	5.726	4.071	9.797	36.406
Não circulante					
Consumidores	357	-	2.099	2.099	2.456
Ajuste a valor presente - Lei 11.638/2007 (c)	(2)	-	-	(2)	(1)
Participação financeira do consumidor	16	-	-	-	16
Comercialização na CCEE (a)	4.281	-	-	-	4.281
Redução de tarifa - Irrigação e aquicultura (b)	29	-	-	-	29
Redução de uso do sistema de distribuição	-	-	-	-	227
Outros	10	-	-	-	10
Total	4.691	-	2.099	2.099	6.790

(a) Comercialização na CCEE

O saldo da conta de consumidores inclui o registro dos valores provisórios a receber referentes à comercialização de energia de curto prazo, no montante de R\$ 5.444, com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE até o mês de dezembro de 2009. De acordo com a Resolução ANEEL nº 552, de 14/10/2002, os valores das transações de energia de curto prazo não liquidados nas datas programadas deverão ser negociados bilateralmente entre os agentes de mercado.

As operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, após os ajustes divulgados pela CCEE, tiveram seu processo de liquidação concluído em julho de 2003, as demais operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no exercício de 2009, estão sendo liquidadas mensalmente.

Os valores de energia no curto prazo e da energia livre estão sujeitos à modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16/5/2002, que teve como objetivo o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização da CCEE, incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico.

O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

(b) Subsídio a Irrigantes

A Resolução Normativa nº 540, de 1/10/2002, implementou a Lei nº 10.438, de 26/4/2002, que estendeu os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica de irrigantes ao consumo verificado no horário compreendido entre 21h30 e 6h do dia seguinte.

Esse dispositivo legal ampliou o horário estabelecido na Portaria DNAEE nº 105, de 3/4/1992, das 23h às 5h do dia seguinte, em que eram concedidos descontos especiais para consumidores do Grupo A (alta tensão) e do Grupo B (baixa tensão).

A Resolução Normativa nº 207, de 9/1/2006, que "estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e na aquicultura", dispôs no artigo 6º que "o valor financeiro resultante dos descontos estabelecido nesta Resolução configura direito da concessionária ser compensada no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração".

	Circulante	Não circulante
Saldo no início do exercício	21	78
Apropriado no exercício	-	90
Amortizado no exercício	(108)	(20)
Valor transferido do longo prazo	119	(119)
Saldo no final do exercício	32	29

(c) Ajuste a valor presente

Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 12,81% a.a., que representa o custo médio ponderado de capital (WACC) que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução ANEEL nº 234 de 31/10/2006. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foi omitido, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

7. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	2009	2008
Residencial	376	312
Industrial	46	36
Comércio, serviços e outras atividades	249	156
Rural	32	21
Outras receitas	66	59
Subtotal de consumidores	769	584
Diversos créditos	369	369
Total	1.138	953

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos ativos e passivos regulatórios no exercício de 2009:

	Saldos em 2008	Adições	Baixas	Atualiz.	Amortiz.	Transf.	Saldos em 2009
Ativo							
Conta de Consumo Combustível - CCC	1.214	1.570	(346)	109	(632)	-	1.915
Transporte energia elétrica rede básica	2.114	4.233	(27)	249	(1.966)	-	4.603
Encargo de Serviços de Sistemas - ESS	2.359	1.123	(157)	234	(2.190)	-	1.369
Conta de Desenv. Energético - CDE	299	414	(24)	23	(473)	-	239
Programa de Incent. Fontes Alt. - PROINFA	259	502	(13)	34	(583)	-	199
Custo de aquisição de energia	3.371	823	(775)	195	(2.002)	-	1.612
Transporte Energia Elétrica - Itaipu	101	(8)	-	4	(68)	-	29
Diferimento reposição tarifária - rede básica (a)	32.731	-	-	-	(8.641)	-	24.090
Reserva Global de Reversão - RGR	68	-	-	-	(67)	-	1
Custo de aquisição de energia contratos iniciais	374	4.673	-	571	(1.162)	-	4.456
Total no ativo	42.890	13.330	(1.342)	1.419	(17.784)	-	38.513
Parcelas classificadas no circulante	2.173	3.354	-	1.035	(9.143)	7.626	5.045
Parcelas classificadas no não circulante	40.717	9.976	(1.342)	384	(8.641)	(7.626)	33.468
Passivo							
Conta de Consumo Combustível - CCC	(1.583)	(767)	346	(14)	1.500	-	(518)
Transporte energia elétrica rede básica	(6)	(22)	27	-	-	-	(1)
Encargo de Serviços de Sistemas - ESS	-	(1.700)	157	(31)	-	-	(1.574)
Conta de Desenv. Energético - CDE	(23)	1	24	(2)	-	-	-
Programa de Incent. Fontes Alt. - PROINFA	(139)	125	13	1	-	-	-
Custo de aquisição de energia	(1.381)	(4.435)	775	(51)	2.115	-	(2.977)
Transporte Energia Elétrica - Itaipu	-	2	-	-	-	-	2
Diferimento reposição tarifária - rede básica (a)	(32.732)	(3.844)	-	-	10.509	-	(26.07)
Total no passivo	(35.864)	(10.640)	1.342	(97)	14.124	-	(31.135)
Parcelas classificadas no circulante	(2.719)	(5.305)	-	3			

(a) A Companhia tem o direito de receber da Duke Energy Internacional Geração Parapanema S.A. ("DUKE") a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição aplicável às centrais geradoras - TUSDg. A Resolução nº 497/2006 fixa as tarifas de uso do sistema de distribuição aplicáveis às centrais geradoras. A DUKE impetrou mandado de segurança contra a ANEEL para que seja atribuído efeito suspensivo aos recursos administrativos para questionamento da TUSDg fixada na referida resolução, que, para a DUKE, seria ilegal. Em referência ao Ofício 0204/2009-SR/ANEEL, de 23/7/2009, foi proferida pelo MM. Juiz Federal da 2ª Vara de Brasília - Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da AO 2008.34.00.02236-7, a ciência da decisão judicial e faturamento dos encargos de uso relativos aos geradores da DUKE. Tal decisão esclarece que "...encontra-se efetivamente válida a Resolução Homologatória 497/2007, deve a Autora submeter-se a seus efeitos, dentre eles o pagamento da TUSDg diretamente às distribuidoras." Na mesma decisão é deferida "...a liminar para reconhecer como assinado o referido contrato da DUKE ENERGY com a ELEKTRO e a EDEVP, dele afastando-se a cláusula impositiva do reconhecimento de dívida do passivo da TUSDg do período de 1/7/2004 a 30/6/2009, mas sem prejuízo de que o correspondente pagamento seja efetivamente observado, em consonância com o item I da decisão e com os §§ 5º e 6º do art. 4º da Resolução Homologatória - RHE nº 497/2007." Assim, em consonância com a liminar deferida, informamos que serão faturados pela EDEVP os encargos de uso das Usinas Canoas I, Canoas II e Salto Grande que serão pagos pela DUKE, considerando as tarifas homologadas, a partir de 1/7/2009, constantes no Anexo II da Resolução Homologatória - REH nº 845/2009. Assim em 25/6/2009 foi assinado junto a DUKE o contrato VPMI-EDEVP CUSD Nº 01/2009.

A atualização monetária dos valores registrados nessas contas vem sendo apurada com base na taxa de juros Selic (BACEN).

11.2. Acordo geral do setor elétrico

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - CGCEE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001 o Acordo Geral do Setor Elétrico, definindo os critérios para a recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que se dará através de adicional tarifário nas contas de fornecimento de energia, sendo 2,9% nas contas faturadas aos consumidores da classe residencial (exceto subclasses baixa renda), iluminação pública e rural, e de 7,9% para as demais classes de consumidores.

O prazo estabelecido pela ANEEL para cobrança da RTE encerrou em junho de 2004 a qual compreendia valores destinados à amortização da recuperação da perda dos distribuidores e da energia livre a ser repassada aos geradores.

Existiam, entretanto, valores pendentes de faturamento para consumidores de alguns municípios da região de Presidente Prudente, em função da liminar obtida em ação judicial contra a referida recomposição tarifária movida por consumidores daquela região.

Em março de 2008, nos autos da Ação Civil Pública nº 2002.61.12002598-8, o juiz da 2ª Vara de Presidente Prudente, 12ª Subseção Judiciária de 1ª Instância, cassou a decisão liminar que havia obrigado a EDEVP a suspender a cobrança de Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE em 4 municípios de sua concessão no Estado de São Paulo: Rancheira, João Ramalho, Iepê e Nanteles.

Em novembro de 2008, através da Resolução Homologatória nº 736, de 4/11/2008, a ANEEL autoriza a cobrança da RTE nos 4 municípios de sua área de concessão que faziam parte da liminar.

A ANEEL, através dos Ofícios Circulares nº 2.212, de 20/12/2005, e nº 74, de 23/1/2006, estabeleceu os seguintes procedimentos para o cálculo da remuneração:

• Para o item Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, a incidência da remuneração deverá ser: (i) sobre o montante financiado, que corresponde a 90% dos valores homologados pela ANEEL, taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a., proporcionalmente aos desembolsos recebidos; e (ii) sobre os 10% não financiados, taxa SELIC (BACEN);

• Para o item Energia Livre, para o caso em que a geradora obteve o financiamento junto ao BNDES, calcular a remuneração pela taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a., proporcionalmente aos desembolsos recebidos; e para as geradoras que não obtiveram financiamento, a remuneração deverá ser calculada somente pela taxa SELIC (BACEN);

• Para o item "Parcela A" (parcela de custos componentes da tarifa de energia não gerenciáveis pela concessionária), a remuneração deverá ser apropriada utilizando a taxa SELIC (BACEN).

As informações do exercício findo em 31/12/2009 contemplam os seguintes ajustes decorrentes do Acordo:

	Saldo em 2008	Repasse aos agentes	Resultados financeiro	Saldos em 2009
Passivo circulante				
Energia livre.....	(1.445)	438	(418)	(1.425)
Total	(1.445)	438	(418)	(1.425)

A ANEEL, através da Resolução Normativa ANEEL nº 1, de 12/1/2004, retificou os montantes que haviam sido homologados pela Resolução nº 483, de 29/8/2002, relativos à Energia Livre e alterou os prazos máximos de permanência da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica, excluindo desse prazo a recuperação dos valores financeiros de itens da "Parcela A" e, através da Resolução nº 45, de 3/3/2004, alterou o percentual a ser aplicado à arrecadação da RTE a título de repasse de energia livre, para 100,00%.

De acordo com estudo detalhado preparado pela Administração da Companhia, o prazo determinado pela ANEEL é suficiente para a recuperação desses valores.

12. TÍTULOS A RECEBER

	Circulante		Não circulante	
	2009	2008	2009	2008
Créditos adquiridos de terceiros (a).....	-	-	5.944	13.444
(-) Deságio (a).....	-	-	(3.073)	(9.648)
Outros títulos a receber.....	238	353	-	-
Total	238	353	2.871	3.796

(a) Com a finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, a Companhia adquiriu, em 2003, créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. A Companhia ingressou na ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a Companhia desistiu da compensação tributária de referidos créditos e mantém a discussão judicial visando à sua satisfação. A realização do crédito depende do cesso da ação atualmente em fase de execução, sendo considerado provável o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia.

13. OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	2009	2008	2009	2008
Valores a recuperar de funcionários.....	382	265	-	-
Adiantamentos diversos.....	1.660	100	3	3
Títulos e valores mobiliários.....	285	263	-	-
Convênios de arrecadação.....	461	461	-	-
Cheques em cobrança.....	111	108	-	-
Alienações em curso.....	-	364	-	-
Alienação de bens e direitos.....	473	473	15	15
Despesas antecipadas.....	211	137	-	-
Outros.....	(6)	176	93	93
Total	3.577	2.347	111	111

14. PARTES RELACIONADAS

14.1. Transações e saldos com empresas relacionadas

	2009	2008
Receitas financeiras.....	3.955	2.137
Despesas financeiras.....	145	12

Custo na compra de energia elétrica (a):

Rede Lajeado Energia S.A.....	-	17.315
-------------------------------	---	--------

SALDOS ATIVOS

Não circulante

Valores a recuperar:

Rede Energia S.A.....	-	265
Empresa Elétrica Bragantina S.A.....	28	4
Cia. Nacional de Energia Elétrica.....	11	2
Cia. de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS.....	6	3
Cia. Força e Luz do Oeste.....	1	1
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT.....	69	13
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA.....	177	23
Caiuá Distribuição de Energia S.A.....	26	4
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL.....	10	-
Total	328	315

Conta corrente 31/12/2006 (b):

Rede Energia S.A.....	5.321	7.259
-----------------------	-------	-------

Conta corrente após 1/9/2006 (c):

Empresa Elétrica Bragantina S.A.....	3.742	11.100
Cia. Nacional de Energia Elétrica.....	1.471	-
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA.....	19.540	-
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT.....	-	3.729
Caiuá Distribuição de Energia S.A.....	5.141	10.783
Total	29.894	25.612
Total	35.543	33.186

SALDOS PASSIVOS

Circulante

Dívidas:

Rede Energia S.A.....	9.364	1.789
Juros sobre capital próprio:		
Rede Energia S.A.....	5.100	-
Total	14.464	1.789

Não circulante

Valores a reembolsar:

Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT.....	24	24
Caiuá Distribuição de Energia S.A.....	61	214
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL.....	19	-
Total	104	238

Conta corrente após 1/9/06 (c):

Empresas de Eletricidade Vale Parapanema S.A.....	6.219	-
Total	6.323	238

(a) Contratos relacionados ao setor elétrico

No curso normal de nossos negócios, nossas empresas compram e vendem energia entre si nos termos de CCVE - Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica e CCEAR - Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado. Algumas de nossas geradoras também celebraram CCD - Contratos de Conexão ao Sistema de Distribuição e CUSD Contratos de Uso do Sistema de Distribuição para conexão e uso do sistema de distribuição de nossas distribuidoras.

O controle acionário da empresa Rede Lajeado Energia S.A. foi permutado em agosto/2008, deixando assim de ser empresa relacionada.

(b) Conta corrente 31/12/2006

Refere-se a consolidação e repactuação dos saldos dos contratos denominados "Conta Corrente até 31/8/2004" que seriam pagos em 120 meses com carência de 18 meses e remunerados a taxa de 100% CDI e do contrato denominado "Conta Corrente após 1/9/2004" que permitia a movimentação financeira entre empresas do grupo com remuneração de CDI mais 2% de juros a.a., com prazo de vencimento de 24 meses, repactuados nas seguintes condições:

- Carência de 24 meses
- Prazo 86 meses
- Remuneração 100% CDI mais 2% Juros a.a.

Esta repactuação foi aprovada pela ANEEL por meio do despacho nº 181 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 29/1/2007.

Em fevereiro de 2008, através do 1º aditamento ao Instrumento Particular de Contratos de Repactuação de Dívida de Mútu, foi repactuado a remuneração do contrato passando a ser de 100% do CDI a partir do saldo devedor em 31/12/2007. Esta repactuação foi aprovada pela ANEEL por meio do despacho nº 709 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 22/2/2008.

(c) Conta corrente 1/9/2006

Contrato multilateral de mútu, 1º e 2º aditamentos entre as empresas distribuidoras, geradoras e não concessionárias (Anuência ANEEL conforme despacho nº 2.769 de 27/11/2006).

As empresas geradoras e não concessionárias darão em empréstimos, recursos financeiros às distribuidoras, na medida de suas necessidades de forma sucessiva e contínua, com remuneração sobre o saldo devedor calculado com base em 100% do CDI mais 2% de juros anuais, no período de 1/9/2006 a 31/8/2011. Cada empresa tem um limite máximo para o saldo devedor, as distribuidoras, por sua vez, somente poderão realizar operações de conta corrente na condição de tomadoras dos empréstimos perante as geradoras e não concessionárias.

Em fevereiro de 2008, através do 3º aditamento ao Instrumento Particular de Contratos de Mútu entre as empresas distribuidoras, geradoras e não concessionárias, foi repactuado a remuneração do contrato passando a ser de 100% do CDI a partir do saldo devedor em 25/2/2008. Esta repactuação foi aprovada pela ANEEL por meio do despacho nº 709 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 22/2/2008.

Em 29/7/2008, através do 4º aditamento ao Instrumento Particular de Contratos de Mútu entre as empresas distribuidoras, geradoras e não concessionárias foi incluída a Juruena Energia S.A. na qualidade de mutuante geradora, excluídas a Rede Lajeado Energia S.A., Tocantins Energia S.A. e Ipeiras Energia S.A.; permitir que as mutantes realizem operações de empréstimos financeiros entre si; revisos os limites máximos para o saldo devedor de cada empresa e prorrogado o vencimento do contrato para 31/8/2011, anuído pela ANEEL conforme despacho nº 3.661 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 26/10/2008.

Em 31/10/2008, através do 5º aditamento ao Instrumento Particular de Contratos de Mútu entre as empresas distribuidoras, geradoras e não concessionárias foram incluídas no contrato a distribuidora Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL, na condição de mutuária e mutuante e a Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, na condição de mutuante, anuído pela ANEEL conforme despacho nº 4.579 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 11/12/2008.

14.2. Remuneração dos administradores

A remuneração total para os administradores para o exercício de 2009 foi de R\$ 1.805 (R\$ 1.943 em 2008), que corresponde, em sua totalidade, a benefícios de curto prazo.

14.3. Compartilhamento de infraestrutura

Atualmente as empresas do Grupo Rede Energia compartilham as seguintes atividades, equipamentos e instalações:

• **Compartilhamento de aeronave:** foi firmado, em 24/3/1999, entre as empresas Caiuá Distribuidora, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, CELTINS, CEMAT e CELPA, Instrumento Particular de Contrato de Uso Compartilhado de Aeronaves e Outras Avenças, anuído pela ANEEL conforme Ofício nº 1.955/2003-SFF/ANEEL de 25/11/2003.

Em novembro de 2008, através do primeiro termo aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Uso Compartilhado de Aeronaves e Outras Avenças foi incluída a ENERSUL, anuído pela ANEEL através do Despacho nº 4.399 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 27/11/2008.

Todas as despesas incorridas na manutenção e operação são apuradas na controlada Caiuá Distribuidora, detentora da aeronave e repassadas às demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato.

• **Compartilhamento de escritório comercial em Brasília:** foi firmado contrato em 22/7/2004, entre as empresas Caiuá Distribuidora, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, CELTINS, CEMAT e CELPA, com vigência de 24 meses, anuído pela ANEEL conforme Ofício nº 1.185/2004 - SFF/ANEEL de 19/7/2004.

Em 17/7/2006, foi prorrogada a vigência do Contrato por mais 24 meses, anuído pela ANEEL conforme Despacho nº 1.781 SFF/ANEEL de 7/8/2006 e publicado no DOU de 8/8/2006.

Em 1/7/2008, foi prorrogada a vigência do Contrato para 21/7/2010, anuído pela ANEEL conforme Despacho nº 652 SFF/ANEEL de 17/2/2009 e publicado no DOU de 20/2/2009.

Em 27/10/2008, através do Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Uso Compartilhado e de Rateio de Despesas foi incluída a coligada ENERSUL, anuído pela ANEEL conforme Despacho nº 652 SFF/ANEEL de 17/2/2009 e publicado no DOU de 20/2/2009.

Os custos referentes ao escritório são suportados pela Companhia e repassados para as demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato.

• **Compartilhamento de serviços e infraestrutura de telefonia e comunicação:** foi firmado contrato em 24/7/2004, entre as empresas Caiuá Distribuidora, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, CELTINS, CEMAT e CELPA, sem necessidade de anuência prévia da ANEEL conforme Ofício nº 1.706-SFF/ANEEL de 24/8/2007.

Os custos referentes a Infraestrutura de telefonia e comunicação são suportados pela Caiuá Distribuidora e repassados para as demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato.

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (*)	Custo	Depreciação acumulada	Subtotal	(-) Obrigações vinculadas à concessão líquida	2009	2008
Em serviço							
Distribuição.....	5,50%	294.783	(124.814)	169.969	(25.109)	144.860	152.895
Comercialização.....	4,47%	2.885	(1.465)	1.420	-	1.420	1.738
Administração.....	5,04%	9.879	(5.185)	4.694	-	4.694	5.015
Subtotal		307.547	(131.464)	176.083	(25.109)	150.974	159.648
Em curso							
Distribuição.....		6.240	-	6.240	(1.821)	4.419	4.399
Administração.....		208	-	208	-	208	112
Subtotal		6.448	-	6.448	(1.821)	4.627	4.511
Total		313.995	(131.464)	182.531	(26.930)	155.601	164.159

(*) A taxa média é calculada considerando a despesa de depreciação do exercício dividida pelo saldo médio anual do imobilizado.

A mutação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:

	Saldo em 2008	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2009
Em serviço					
Custo					
Distribuição.....	287.002	-	(2.225)	10.006	294.783
Comercialização.....	3.145	-	(119)	(141)	2.885
Administração.....	9.932	-	(27)	(26)	9.879
Subtotal custo	300.079	-	(2.371)	9.839	307.547
Obrigações vinculada à concessão.....	(25.354)	(387)	158	(1.785)	(27.368)
Total do custo	274.725	(387)	(2.213)	8.054	280.179
(-) Depreciação					
Distribuição.....	(109.603)	(16.173)	1.211	(249)	(124.814)
Comercialização.....	(1.407)	(132)	29	45	(1.465)
Administração.....	(4.917)	(499)	27	204	(5.185)
Subtotal depreciação	(115.927)	(16.804)	1.267	-	(131.464)
Obrigações vinculada à concessão.....	850	1.418	(9)	-	2.259
Total da depreciação	(115.077)	(15.386)	1.258	-	(129.205)
Total imobilizado em serviço	159.648	(15.773)	(955)	8.054	150.974
Em Curso					
Distribuição.....	6.386	9.597	(592)	(9.151)	6.240
Administração.....	112	785	(1)	(688)	208
Subtotal	6.498	10.382	(593)	(9.839)	6.448
Obrigações vinculada à concessão.....	(1.987)	(2.166)	547	1.785	(1.821)
Total imobilizado em curso...	4.511	8.216	(46)	(8.054)	4.627
Total do imobilizado	164.159	(7.557)	(1.001)	-	155.601

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 240/2006, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação %
--	-------------------------------

18. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E PARCELAMENTOS

	Circulante		Não circulante	
	2009	2008	2009	2008
ICMS.....	13.561	8.265	85	429
Previdência social.....	292	277	-	-
FGTS.....	84	79	-	-
PIS.....	282	183	-	-
COFINS.....	1.299	841	-	-
IRRF.....	1.009	67	-	-
Outros.....	100	71	-	-
Subtotal	16.627	9.783	85	429
Parcelamento de impostos e contribuições:				
ICMS (a).....	5.415	-	2.256	-
PAEX (b).....	-	3.894	-	24.669
Parcelamento Lei 11.941/2009 (c).....	3.357	-	9.547	-
Subtotal	8.772	3.894	11.803	24.669
Total	25.399	13.677	11.888	25.098

(a) ICMS - parcelamento concedido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo a ser amortizado em 24 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em junho de 2009 e a última parcela vencendo em maio de 2011, sendo o saldo devedor corrigido pela UFESP.

(b) Parcelamento Excepcional - PAEX - refere-se a parcelamentos de tributos e contribuições sociais da companhia junto a Receita Federal do Brasil - RFB, nos termos dos artigos 1º e 8º da MP nº 303/2006, cujas parcelas foram corrigidas mensalmente pela TJLP para os débitos com vencimento até 28/2/2003 e, SELIC, para os débitos com vencimento entre 1/3/2003 e 31/12/2005, respectivamente. Com o advento da Lei nº 11.941, de 27/5/2009, que dispõe sobre o pagamento e parcelamento de débitos vencidos até 30/11/2008, inclusive o saldo remanescente do REFIS, PAES e PAEX, a companhia aderiu, em setembro de 2009, a este novo parcelamento e, como prevê a legislação, renunciou aos parcelamentos anteriormente concedidos.

(c) Refere-se a saldos remanescentes do Parcelamento Excepcional - PAEX mantidos junto a Receita Federal do Brasil em função da adesão, em setembro de 2009, ao novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941, de 27/5/2009, que dispõe sobre o pagamento e o parcelamento de débitos em até 180 meses (15 anos), com reduções que variam de 20% a 100% de multa de mora e ofício, multas isoladas, juros de mora e encargo legal de acordo com o prazo e modalidade de parcelamento vigente.

Os valores de multa de mora ou de ofício, multas isoladas, juros de mora e encargo legal contabilizados como obrigação e baixados contra o resultado do período em decorrência das reduções concedidas, não são computados na base de cálculo do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para a COFINS.

A companhia liquidou valores correspondentes a multas, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em DAU, com utilização de créditos decorrentes de prejuízos fiscais próprios constituídos até 31/12/2008.

A prestação mínima proveniente do Parcelamento Excepcional de que tratam os artigos 1º e 8º da MP nº 303/2006 será o equivalente a 85% do valor da prestação devida no mês de novembro de 2008 e de R\$ 100,00, no caso dos demais débitos da pessoa jurídica, que vencerão no último dia útil de cada mês. O prazo do parcelamento ficou reduzido, em média, de 79 para 50 parcelas vincendas.

A primeira prestação foi paga no mês em que foi formalizado o pedido de adesão no valor de R\$ 273, produzindo efeitos os requerimentos formulados com o correspondente pagamento da primeira prestação em valor não inferior ao estipulado na Lei.

O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC.

Computadas as prestações pagas durante a vigência do PAEX, os débitos que compõem os saldos remanescentes dos parcelamentos foram restabelecidos à data da solicitação do novo parcelamento, com os acréscimos legais devidos à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, computadas as reduções de juros, multas e do encargo legal assim como da liquidação de juros e multa com créditos decorrentes de prejuízo fiscal, conforme demonstrado abaixo:

	RFB
Saldo remanescente PAEX 30/9/2009	27.227
Redução de encargos.....	(7.426)
Liquidação de encargos.....	(6.106)
Primeira parcela.....	(273)
Saldo consolidado 30/9/2009	13.422
Encargos.....	302
Amortizações.....	(820)
Saldo consolidado 31/12/2009	12.904

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

19.1. Composição

	2009		2008	
	Circulante		Circulante	
	Principal	Encargos	Principal	Encargos
Moeda nacional				
ELETRÓBRAS.....	291	7	1.523	269
Finame.....	126	1	189	126
Capital de giro.....	21.034	876	51.181	15.058
Arrendamento mercantil.....	55	4	823	288
Subtotal	21.506	888	53.716	15.741
(-) Custo de Transação.....	-	(239)	(356)	-
Total	21.506	649	53.360	15.741

19.2. Composição do saldo devedor por moeda/indexador

	2009		2008	
	R\$	%	R\$	%
UFIR.....	1.821	2,39	2.089	2,56
TJLP.....	317	0,42	443	0,54
CDI.....	73.973	97,19	79.149	96,90
Total	76.111	100,00	81.681	100,00

a. Os indexadores, base de atualização dos empréstimos e financiamentos, apresentaram as seguintes variações durante o exercício:

Moeda/indexador	Variação %	
	2009	2008
TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo).....	6,12	6,25
CDI - Certificado de Depósito Interbancário.....	9,88	12,38

19.3. Detalhamento dos empréstimos e financiamentos

a. **ELETRÓBRAS** recursos tomados para execução do Programa Luz para Todos com as seguintes características: empréstimos tomados para a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica "Luz para Todos", instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11/11/2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME e operacionalizado pela ELETRÓBRAS, com recursos originários da Reserva Global de Reversão - RGR. A amortização do contrato será em 120 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a primeira parcela outubro/2006 e a última em setembro/2016, com encargos de 6% a.a..

b. **Finame:** a Companhia, em setembro de 2007, contratou junto ao agente financeiro Banco ABC Brasil S.A. financiamento no montante de R\$ 503, destinado à aquisição de equipamentos, o custo da operação é de 4,55% a.a. acima da TJLP, a forma de amortização é mensal, com carência de 12 meses e vencimento da última parcela ocorrendo em junho de 2012.

c. **Capital de giro:** em moeda nacional, contratos com taxas de juros entre 1,21% e 3,66% a.a. acrescidas de CDI, com amortização mensal e vencimento da última parcela ocorrendo em novembro de 2014.

d. **Arrendamento mercantil:** contratos de arrendamento mercantil em moeda nacional, com taxas que variam de 1,21% a 4,28% a.a acrescido de CDI, amortização mensal e vencimento da última parcela em agosto/2012. A dívida total dos contratos de arrendamento mercantil em 31/12/2009 é de R\$ 882 e seu valor corresponde ao valor presente nesta data. Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

Vencimento	Saldos	
	2009	2008
2010.....	59	-
2011.....	817	-
2012.....	6	-
Total	882	-

e. **Custo de transação:** refere-se a despesas incorridas na obtenção de empréstimos e financiamentos, pagas antecipadamente e apropriadas mensalmente ao resultado pela taxa efetiva de juros, em atendimento a Deliberação CVM 556/08.

19.4. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, avais dos acionistas controladores e receitas futuras de fornecimento de energia elétrica.

19.5. Vencimento das parcelas do não circulante (principal e encargos)

Vencimento	2009		2008	
	Principal	Encargos	Principal	Encargos
2010.....	-	-	15.456	-
2011.....	19.517	-	16.340	-
2012.....	15.643	-	15.402	-
2013.....	12.247	-	12.001	-
2014.....	5.846	-	5.745	-
2015.....	264	-	269	-
2016.....	199	-	201	-
Total	53.716	-	65.414	-

19.6. Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Circulante		Não circulante	
	Principal	Encargos	Principal	Encargos
Saldo no início do exercício	15.741	226	65.414	(595)
Ingressos.....	-	-	12.798	-
Encargos.....	-	9.420	-	-
Variação monetária.....	-	-	10	-
Transferências.....	24.506	-	(24.506)	-
Amortizações.....	(18.741)	(9.058)	-	-
Transferência de custo da transação.....	-	(239)	-	239
Apropriação de custo da transação.....	-	300	-	-
Saldo no final do exercício	21.506	649	53.716	(356)

20. TAXAS REGULAMENTARES

	2009	2008
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR.....	63	104
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC.....	138	683
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.....	553	457
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.....	255	-
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	37
Total	1.009	1.281

21. OBRIGAÇÕES DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/3/2004 e 28/3/2007, respectivamente.

	Circulante		Não circulante	
	2009	2008	2009	2008
Fundo Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico - FNDCT.....	70	383	-	-
Ministério de Minas e Energia - MME.....	35	192	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	1.710	1.674	829	724
Programa de Eficiência Energética - PEE.....	1.283	394	1.820	1.579
Total	3.098	2.643	2.649	2.303

A atualização das parcelas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/4/2006, nº 300, de 12/2/2008 e nº 316, de 13/5/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 1/1/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com PEE e P&D, através da aquisição de ativos imobilizados, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

As informações gerais sobre o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica estão disponíveis no site www.redenergia.com.

22. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	2009	2008
Provisões sobre folha de pagamento.....	976	937
Provisão de Impostos sobre folha pagamento.....	350	335
Total	1.326	1.272

23. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Está representada como segue:

	2009			2008		
	Provisão		Depósitos judiciais	Provisão		Depósitos judiciais
	No exercício	Saldo		No exercício	Saldo	
Cíveis -						
Consumidores (a).....	183	506	1.451	135	323	1.451
Trabalhistas (b).....	44	319	615	199	275	549
Fiscais e tributários:						
PIS.....	-	-	17	-	-	16
Imposto de renda.....	-	-	578	-	-	533
ICMS.....	-	-	2.490	-	-	1.897
Contribuição social.....	-	-	39	-	-	39
Subtotal	-	-	3.124	-	-	2.485
Totais	227	825	5.190	334	598	4.485

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo no início do exercício	323	275	-	598
Constituição.....	183	48	-	231
Baixas/reversão.....	-	(4)	-	(4)
Atualização.....	-	-	-	-
Saldo no final do exercício	506	319	-	825

Contingências passivas:

Possível (c).....	144	1.633	-	1.777
-------------------	-----	-------	---	-------

(a) As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; à cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos medidores de energia elétrica ou decorrentes de variações na tensão elétrica ou de falta momentânea de energia, bem como ações em que consumidores pretendem a devolução de valores, em razão do aumento das tarifas de energia determinado pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, no período de congelamento de preços do Plano Cruzado.

(b) As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de empregados pretendendo recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente no trabalho, bem como ações de empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

* Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais cíveis e trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações.

(c) A Companhia também apresentou os valores de suas contingências passivas cujas chances de êxito são possíveis. Por entendermos razoáveis as chances de êxito, não houve provisionamento dos referidos valores e, caso as referidas contingências venham a representar perda, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que haja o desembolso pela Companhia.

24. OUTROS PASSIVOS

	Circulante		Não circulante	
	2009	2008	2009	2008
Participações em lucros.....	1.178	234	-	-
Convênios de arrecadação.....	87	75	-	-
Taxa de iluminação pública.....	615	528	-	-
Conta paga em duplicidade.....	116	109	-	-
Entidades seguradoras.....	338	260	-	-
Adiantamentos.....	106	106	-	-
Empréstimo compulsório - ELETRÓBRAS.....	145	145	-	-
Encargos de capacidade emergencial.....	99	101	-	-
Benefício pós-emprego.....	73	65	-	-
Reversão/amortização.....	-	-	2.343	2.343
Outros credores.....	1.434	36	138	139
Total	4.191	1.659	2.481	2.482

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital social

O capital social da Companhia, em 31/12/2009 é de R\$ 115.905, composto por 115.905.275 ações ordinárias nominativas.

Acionistas	Número de ações	
	Ordinárias	%
Rede Energia S.A.....	115.905.271	100,00
Outros.....	4	0,00
Total	115.905.275	100,00

O estatuto prevê a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

25.2. Reservas

	2009	2008
Reservas de lucros		
Reserva legal.....	1.286	425
Total	1.286	425

26. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Demonstramos a seguir o cálculo dos dividendos relativo ao exercício findo em 31/12/2009, a ser submetido à Assembleia Geral dos Acionistas para aprovação:

Lucro líquido no exercício.....	17.225
Reserva legal (5%).....	(861)
Base de cálculo para dividendos mínimos.....	16.364
Percentual sobre o lucro.....	25%
Dividendo mínimo obrigatório	4.091

Dividendos e juros sobre capital próprio propostos

36. PLANO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

Contexto
Consoante a Deliberação CVM 371/2000, as empresas que possuem planos de benefícios devem mensurar, no mínimo anualmente, os valores dos compromissos previdenciários dos planos. O grupo Rede Energia tem realizado essas mensurações, anualmente, por meio de avaliação atuarial realizada por atuário independente.
Os planos do grupo Rede Energia são patrocinados pelas seguintes empresas:

Sumário dos planos de benefícios

O grupo Rede Energia tem como "veículo financeiro" dos seus planos de benefícios previdenciários a REDEPREV - Fundação Rede de Previdência, pessoa jurídica de direito privado, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24/10/2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar. É resultado do processo de fusão das seguintes fundações: a) FUNREDE - Fundação Rede de Seguridade; b) FUNGRAPA - Fundação Grão Pará de Previdência e c) PREVIMAT - Fundação de Previdência e Assistência Social dos Empregados da CEMAT.
Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pelo grupo Rede Energia são descritos a seguir:

a. Plano de Benefícios Elétricas BD-I:

Instituído em 1/8/1986, encontra-se em extinção desde 31/12/1998, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares à:

- Aposentadoria por tempo de serviço/velhice;
- Aposentadoria por invalidez;
- Auxílio-doença;
- Pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assitidos e pelas Patrocinadoras.

b. Plano de Benefícios Elétricas-R:

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu regulamento através da Portaria nº 880, de 12/1/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. Assegura os seguintes benefícios:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação do auxílio-doença;
- Suplementação da pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Os benefícios são custeados exclusivamente pelas empresas do grupo Rede Energia e de forma solidária com as demais Patrocinadoras, Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA e a Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT.

Antes da fusão, os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regulamenta as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento da Deliberação CVM nº 371/2000, impõe-se a aferição compartmentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do ativo do Plano de Benefícios-R, por empresa patrocinadora.

c. Plano de Benefícios Elétricas-OP:

Instituído em 1/1/1999 e assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento. Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente a cada ano, e nessa fase é considerada Benefício Definido. O custeio do plano é feito pelos participantes ativos (90%) e pelas patrocinadoras (10%).

Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial

	Taxa	
	Avaliação atuarial 2008 (1)	Avaliação atuarial 2009
1. Taxa de desconto para o cálculo do valor presente.....	8,76% (6% líquido)	6,00% líquido - plano de risco - 5,50% líquido - demais planos
2. Taxa de rendimento esperada sobre os ativos dos planos.....	8,76% (6% líquido)	6,00% líquido - plano de risco - 5,50% líquido - demais planos
3. Taxa de crescimento salarial futuro	4,65% (2% líquido)	4,30% (2% líquido)
4. Taxa de crescimento real dos benefícios:		
Da Previdência Social	-	-
Do Plano	-	-
5. Taxa de inflação	2,60%	2,30%
6. Fator de capacidade:		
Dos Salários	0,98%	1,00%
Dos Benefícios	0,98%	1,00%
7. Tábua de mortalidade geral.....	IBGE 2007, ambos os sexos, com redução de 22% nas taxas anuais de mortalidade.	AT2000 - Male
8. Tábua de mortalidade de inválidos	IBGE 2007, ambos os sexos.	IBGE 2008, ambos os sexos.
9. Tábua de entrada em invalidez.....	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
10. Tábua de rotatividade	Nula	Nula

A tábua de mortalidade mínima usada é a AT83, nas últimas avaliações atuariais utilizou-se a tábua de mortalidade disponibilizada pelo IBGE, com redução de 22% na mortalidade. Na presente avaliação utilizamos a AT2000 - Male.

Informações dos participantes

	Planos de Benefícios		
	Elétricas BD-I	R	Elétricas-OP
Número Participantes.....	30	2.173	2.173
Número Assitidos.....	247	7	37
Número Beneficiários Pensionistas.....	100	11	-
	377	2.191	2.210

Síntese da avaliação atuarial

As empresas do grupo Rede Energia são solidárias no custeio dos benefícios previdenciários operacionalizados pelo "veículo financeiro" REDEPREV - Fundação Rede de Previdência, razão pela qual não são segregados os valores corresponde a cada empresa pertencente ao grupo Rede Energia.

	2009			
	Elétricas BD-I	R	Elétricas - OP	Total
1. Exigível atuarial	56.360	5.865	105.468	167.693
2. Benefícios concedidos.....	44.709	5.865	27.079	77.653
3. Aposentadoria.....	31.936	-	27.079	59.015
4. Invalidez.....	1.705	1.758	-	3.463
5. Pensão.....	11.068	4.107	-	15.175
6. Benefícios a conceder	11.651	-	78.389	90.040
7. Benefício definido.....	11.651	-	-	11.651
8. Contribuição definida.....	-	-	78.389	78.389

Contribuições efetuadas no ano

No exercício findo em 31/12/2009 foi destinado à REDEPREV o montante de contribuições no valor de R\$ 214 (R\$ 128 em 2008), registrados como despesas de pessoal.

Outras informações

A Companhia e demais patrocinadoras são responsáveis pela cobertura integral de qualquer déficit apurado nos planos de benefícios caracterizados como Benefício Definido.

37. SEGUROS (*)

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As principais coberturas são:

Ramo de seguro	Vencimento	Importância segurada	Prêmio
RO	30/9/2010	R\$ 20.000	R\$ 102
RCG.....	30/9/2010	R\$ 20.000	R\$ 27
D&O	2/8/2010	R\$ 37.606	R\$ 3
Auto e RCF Próprios			
1º Risco	30/9/2010	Casco = Valor de Mercado RCF = R\$ 300 Danos Morais: R\$ 100	R\$ 42
Auto e RCF Próprios			
2º risco.....	30/9/2010	RCF = R\$ 700	R\$ 6
Auto e RCF Total Fleet			
1º risco.....	30/9/2010	Casco = Valor de Mercado RCF = R\$ 300 Danos Morais: R\$ 100	R\$ 27
Auto e RCF Total Fleet			
2º risco.....	30/9/2010	RCF = R\$ 700	R\$ 5
Transportes (Fatura Dezembro).....	1/8/2010	Limite Máximo por Averbção R\$ 1.500	R\$ -
Vida em grupo (Fatura Dezembro).....	30/11/2010	Básico R\$ 25	R\$ 2

Descrição dos riscos

Riscos operacionais (RO): a apólice garante as avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a edifícios, equipamentos, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado descrito na apólice. Trata-se de apólice corporativa com cláusula adicional de reintegração automática.

Responsabilidade civil geral (RCG): cobertura dos danos materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações comerciais e industriais. Trata-se de apólice corporativa.

Seguro de D&O: o objetivo do seguro é o pagamento a título de perdas, devido a terceiros pelo segurado decorrente de reclamação, resultante da prática de qualquer ato danoso praticado pelo segurado durante o período de vigência da apólice, em decorrência de sua condição de conselheiro ou diretor da sociedade. Trata-se de apólice corporativa.

Automóveis: cobertura de colisão, incêndio e roubo (casco) e de danos materiais, corporais e morais causados a terceiros (RCF) em decorrência de acidentes automobilísticos.

Transportes: cobertura garantindo os reparos e/ou reposição dos bens de sua propriedade em decorrência de sinistros ocorridos durante os transportes terrestres, aéreos e lacustres.

Vida em grupo: cobertura de morte de qualquer tipo, invalidez permanente total ou parcial, por acidente e invalidez permanente ou total por doença ocorrida com empregados.

(*) Informações não auditadas.

38. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Atendendo à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, a Companhia divulga a seguir informações relativas a seus instrumentos financeiros.

Gerenciamento de risco

A Companhia possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, de mercado, escassez de energia, bem como riscos relacionados à Companhia e suas operações.

Gerenciamento dos riscos de crédito

Risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de consumidores, ações de cobrança e corte no fornecimento de energia. Outro fator que minimiza o risco de crédito é o perfil da carteira de crédito, que é pulverizada em um número expressivo de consumidores.

Gerenciamento de risco de mercado

Estamos expostos a riscos de mercado decorrentes de nossas atividades. Esses riscos de mercado, que estão além de nosso controle, envolvem principalmente a possibilidade de que mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio e inflação possam vir a afetar negativamente o valor de nossos ativos financeiros, fluxos de caixa e rendimentos futuros.

	2009	2008
DIS./COM. (*)	AV	Total (*)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Fornecimento de energia elétrica.....	258.405	-
Suprimento de energia elétrica.....	2.616	-
Outras receitas operacionais.....	2.234	-
	263.255	263.255

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

ICMS sobre fornecimento de energia elétrica.....	(39.768)	-	(39.768)	(36.776)	-	(36.776)
Impostos e contribuições sobre a receita.....	(23.594)	-	(23.594)	(22.075)	-	(22.075)
Quotas para reserva global de reversão - RGR.....	(736)	-	(736)	(648)	-	(648)
Programa de Eficiência Energética - PEE.....	(908)	-	(908)	-	-	-
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.....	(6.691)	-	(6.691)	-	-	-
Quota - Conta de Consumo de Combustíveis - CCC.....	(4.039)	-	(4.039)	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	(912)	-	(912)	-	-	-
Outros encargos.....	-	-	-	(13.601)	-	(13.601)
	(76.648)	-	(76.648)	(73.100)	-	(73.100)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....

	186.607	-	186.607	150.097	-	150.097
--	----------------	----------	----------------	----------------	----------	----------------

CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

Energia elétrica comprada para revenda.....	(78.918)	-	(78.918)	(70.989)	-	(70.989)
Encargo de uso do sist. de transm. e distribuição	(34.222)	-	(34.222)	(15.442)	-	(15.442)
	(113.140)	-	(113.140)	(86.431)	-	(86.431)

CUSTO DE OPERAÇÃO

Pessoal.....	(6.708)	-	(6.708)	(6.486)	-	(6.486)
Material.....	(1.182)	-	(1.182)	(1.290)	-	(1.290)
Serviços de terceiros.....	(4.955)	-	(4.955)	(4.204)	-	(4.204)
Depreciação e amortização.....	(14.916)	-	(14.916)	(15.347)	-	(15.347)
Arrendamentos e alugueis.....	(307)	-	(307)	(56)	-	(56)
Outros custos	133	-	133	359	-	359
	(27.935)	-	(27.935)	(27.024)	-	(27.024)

CUSTO DO SERV. PREST. A TERCEIROS.....

	(52)	-	(52)	(24)	-	(24)
--	-------------	----------	-------------	-------------	----------	-------------

LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....

	45.480	-	45.480	36.618	-	36.618
--	---------------	----------	---------------	---------------	----------	---------------

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas com vendas.....	(3.211)	-	(3.211)	(5.028)	-	(5.028)
Despesas gerais e administrativas.....	(18.297)	-	(18.297)	(17.970)	-	(17.970)
Outras despesas operacionais.....	(766)	-	(766)	(836)	-	(836)
	(22.274)	-	(22.274)	(23.834)	-	(23.834)

RESULTADO DO SERVIÇO.....

Resultado financeiro.....	(4.876)	(2.208)	(7.084)	(10.391)	1.994	(8.397)
Outros resultados	(911)	-	(911)	289	-	289

RESULTADO OPERACIONAL.....

Total imposto de renda e contribuição social.....	(2.856)	-	(2.856)	(2.333)	-	(2.333)
---	---------	---	---------	---------	---	---------

LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DAS PARTIC.

E DA REVERSÃO JCP.....	14.563	(2.208)	12.355	349	1.994	2.343
Participações dos administradores.....	(1.130)	-	(1.130)	(235)	-	(235)
Reversão dos juros sobre capital próprio.....	-	6.000	6.000	-	-	-

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....

	13.433	3.792	17.225	114	1.994	2.108
--	---------------	--------------	---------------	------------	--------------	--------------

(*) Informações não auditadas.

41. EVENTO SUBSEQUENTE

Conforme Despacho ANEEL nº 245, publicado no Diário Oficial da União em 5/2/2010, a diretoria da ANEEL aprovou o texto de Termo Aditivo aos Contratos de Concessão das Distribuidoras de Energia Elétrica, que altera a metodologia dos reajustes tarifários. A alteração proposta visa obter a neutralidade dos encargos setoriais da "Parcela A" da Receita Anual da Concessionária.

O Termo Aditivo redefine a "Parcela A" no que se refere aos encargos setoriais, considerando-se na fórmula de cálculo econômico, os valores resultantes dos componentes tarifários correspondentes aos respectivos itens de encargos vigentes no reajuste anterior ao mercado de referência.

Inclui também subcláusula financeira, onde assegura às concessionárias, nos processos de revisão e reajuste tarifário, a neutralidade dos encargos setoriais da "Parcela A" em relação à variação de mercado que vier a ocorrer a partir de fevereiro de 2010.

O referido Termo Aditivo será assinado pela Companhia até o final do 1º trimestre de 2010 e a aplicação da nova metodologia de cálculo, será implementada no primeiro reajuste a ser realizado em 2010, com efeitos a partir de fevereiro de 2010.

Conforme Disposições Gerais do referido Termo Aditivo, ficam preservados integralmente os efeitos da disciplina anteriormente vigente.

Gerenciamento de riscos relacionados à Companhia e suas operações

Nossas receitas operacionais podem ser positiva ou negativamente afetadas por decisões da ANEEL com relação às nossas tarifas. As tarifas que cobramos pela venda de energia aos consumidores são determinadas de acordo com os contratos de concessão celebrados com a ANEEL e estão sujeitas à discricionariedade regulatória da ANEEL. A mitigação desse risco ocorre pelo monitoramento e aplicação de todas as normas e procedimentos definidos pela ANEEL e um criterioso gerenciamento de custos operacionais.

Gerenciamento de riscos de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

39. QUESTÕES AMBIENTAIS (*)

A EDEVP assumiu o compromisso de contribuir com o meio ambiente e para isso investe na redução do desperdício dos recursos naturais, na preservação da natureza, visando a melhoria da qualidade de vida da população, sendo investidos durante 2009 cerca de R\$ 253.

Em 2009, a Companhia deu continuidade a seu programa de educação ambiental para os colaboradores e para a comunidade, procurando fazer das crianças multiplicadoras de conceitos de uso sustentável dos recursos naturais.

A edição do livro "O Laboratório de Lele e Trix: a experiência investigativa", reflete a Política de Sustentabilidade da Companhia, que tem na educação um dos focos de investimentos socioambientais.

O livro traz, de forma divertida, práticas saudáveis que estimulam as crianças a usarem a energia elétrica de forma consciente e segura. A curiosidade das irmãs gêmeas Lele e Trix é o fio que conduz as meninas a um mundo de descobertas, tendo a energia elétrica como alimento para o funcionamento das coisas. É neste cenário que é construída a narrativa do livro.

(*) Informações não auditadas.

40. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, as unidades de negócio Distribuição (DIS) e Comercialização (COM) estão sendo apresentadas em conjunto, conforme Ofício Circular nº 2.306/2004-SFF-ANEEL (item 2.3, alínea i do anexo):

MEMBROS DA DIRETORIA

CARMEM CAMPOS PEREIRA
Diretora Presidente

JORGE QUEIROZ DE MORAES JUNIOR
Diretor Vice-Presidente Executivo

VALDIR JONAS WOLF
Diretor

ARLINDO ANTONIO NAPOLITANO
Diretor

JOSÉ ALBERTO ARTIGAS GIORGI
Diretor

Reinaldo Teixeira do Amaral Mota
Contador - CRC 1SP 151271/O-2

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. ("Companhia"), levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo